

O ESTATUTO DA HISTÓRIA (*).

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Todo o historiador, mais cedo ou mais tarde, se interroga sobre a sua prática e aspira saber se a atividade intelectual que exerce, se a produção historiográfica que lança em revistas especializadas ou em obras eruditas, podem ou não ser rotuladas de *científicas*. Esta interrogação aliás surgiu necessariamente no momento em que a história se divorciou definitivamente da literatura no século passado e tornou-se mais premente quando as ciências humanas se constituíram.

Ora, para que tal interrogação possa encontrar resposta, ou pelo menos um princípio de resposta, é necessário que o epistemólogo do conhecimento histórico coloque um problema prévio: existe um modelo abstrato de ciência ao qual a história deva ser comparada, ou quando se pensa em ciência nos referimos sempre a *uma* ciência concreta, seja ela a física ou a biologia? Por outras palavras, compara-se a produção do historiador com a do cientista em geral, no que se refere ao tipo de raciocínio e de argumentação, à forma de explicação, ou colocamo-la lado a lado, sucessivamente, com a dos cientistas dos vários domínios acerca dos quais não subsiste qualquer dúvida quanto à sua cientificidade?

A distinção estabelecida pela primeira vez por Wilhelm Windelband, no ensaio "*Geschichte und Naturwissenschaft*", entre *ciências nomotéticas* (que procuram estabelecer leis gerais abstratas de eventos e processos repetíveis indefinidamente) e *ciências idiográficas* (que procuram compreender o único e não repetido) encontra-se atenuada na obra clássica de Ernest Nagel, *The Structure of Science*, mas ressurgue sobre outra forma na oposição hoje comum entre ciências da natureza e ciências humanas.

(*) . — Aula inaugural do ano letivo (março de 1974) no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (*Nota da Redação*).

Tais distinções não permitem que o trabalho do historiador seja aferido com um modelo abstrato de ciência e exigem que a comparação se estabeleça dentro dos limites desenhados pelas ciências humanas. Quando Jean Piaget em *Épistémologie des sciences de l'homme* (Paris, Gallimard, 1970) procede a uma tentativa de classificação das ciências do homem, não há dúvida de que a psicologia, a sociologia, a etnologia, a linguística, a economia e a demografia constituem um grupo diferente das ciências históricas e, por assim dizer, um grupo intermediário entre estas e as ciências da natureza. Recebem mesmo o nome de ciências nomotéticas, pois se caracterizam por uma preocupação de generalidade e de estabelecimento de leis, (“mesmo se, por prudência, se evita o termo *leis*”), por métodos de verificação consistindo em subordinar os esquemas teóricos ao controle dos fatos de experiência, e finalmente por uma tendência a fazer incidir as pesquisas sobre poucas variáveis ao mesmo tempo.

“Entre as ciências naturais, cujos métodos experimentais permitem uma dissociação precisa das variáveis, e as ciências históricas, no campo das quais as variáveis se entrecruzam por vezes de maneira inextricável, as ciências nomotéticas do homem dispõem de estratégias intermédias cujo ideal se dirige claramente para o das primeiras” (*ob. cit.*, p. 19).

E no seu livro Jean Piaget só se debruça sobre a epistemologia das ciências do homem denominadas nomotéticas, muito embora reconheça, no estágio atual, uma complementaridade entre elas e as ciências históricas:

“Em resumo, por estreita que seja a ligação entre ciências nomotéticas e ciências históricas, cada grupo precisando constantemente precisa do outro, as suas orientações são distintas apesar de complementares, mesmo quando se trata de conteúdos comuns: à *abstração* necessária das primeiras corresponde a restituição do *concreto* nas segundas, e esta é uma função igualmente primordial no conhecimento do homem, mas uma função distinta do estabelecimento de leis” (*ob. cit.*, p. 22).

A problemática do estatuto da história está portanto ligada à existência de ciências humanas e ao desejo do historiador de abolir essa *diferença* assinalada por Piaget. Para tal recorre àquilo que considera métodos mais sofisticados ou técnicas mais perfeitas, convencendo-se por exemplo de que é a passagem da história qualitativa para a história quantitativa que lhe permitirá ser considerado como um “cientista social” entre os outros.

Simplemente os trabalhos publicados em 1973 pelo Centro Nacional de Pesquisas de Lógica da Universidade de Bruxelas com o título *La quantification en histoire* mostram claramente que a expressão “história quantitativa” é usada em dois sentidos diversos, num sentido mais amplo de simples recurso a fontes numéricas ou num sentido mais restrito de utilização sistemática de modelos matemáticos. Ora não há dúvida de que no panorama atual da produção historiográfica a expressão é muito mais usada no primeiro sentido do que no segundo. De qualquer modo, as opiniões sobre a história quantitativa convergem para dois polos: num, o método quantitativo é um instrumento entre outros destinados a tornar mais rigoroso o nosso conhecimento do passado; no outro, só a história quantitativa é científica. Já em 1959 François Furet e Adeline Daumard expressavam o seu entusiasmo e a sua esperança dizendo:

“Só existe a história social quantitativa”,

e E. Le Roy Ladurie, num ensaio sobre a “revolução quantitativa”, escrevia:

“No limite (mas é um limite muito longínquo, e que em certos casos está de tal modo fora do alcance das pesquisas atuais que talvez só seja imaginário) só existe história científica do quantificável” (*Le territoire de l'historien*, Paris, Gallimard, 1973, p. 22).

Ora, assim como em sociologia Raymond Boudon reconhece limites aos métodos quantitativos e se refere igualmente aos métodos qualitativos no seu livro *Les méthodes en sociologie* (Paris, PUF, 1970), também no domínio da história a atividade historiográfica não cessa no momento em que a quantificação se verifica impraticável.

É natural que tenha sido grande o entusiasmo provocado pela “revolução quantitativa”, como lhe chama Ladurie. O historiador experimentava então, e ainda hoje experimenta, um terrível complexo de inferioridade provocado pelas teorias, métodos e técnicas das ciências humanas, pois se o paralelo não se estabelece mais entre o historiador e o físico, continua a ser colocado em relação ao economista ou ao linguista. Daí a aura de que se revestem as “matemáticas sociais”, como fala Granger, e no caso da história econômica em particular, o prestígio da estatística e do computador.

Hoje ninguém põe em dúvida a fecundidade dos métodos quantitativos nas áreas de pesquisa histórica que lhes estão abertas: demografia histórica, história econômica, principalmente, embora aquilo que os historiadores franceses denominam história serial tenha igual-

mente invadido o território da história da cultura, nomeadamente a história das religiões.

O que se põe em dúvida é que a única história *científica* seja a história quantitativa. No que se refere à totalidade da pesquisa histórica atual, os historiadores têm recorrido ao instrumental conceptual das ciências humanas (semiologia, linguística, antropologia, sociologia, psicologia, economia) ou mesmo a métodos das ciências da natureza, como se observa na área de história do clima, na qual Le Roy Ladurie utiliza a dendroclimatologia, o método fenológico, o método glaciológico.

Crente de que o aparelho conceptual da sociologia é mais científico do que o habitualmente empregado no domínio da história, o historiador procede muitas vezes a uma importação em massa de conceitos sociológicos. Resta saber se essa importação conceptual torna realmente a pesquisa histórica mais rigorosa. Paul Veyne põe isso em dúvida num artigo publicado na revista *Annales* em 1969, intitulado "L'évergétisme devant les sciences humaines":

"Os instrumentos de que dispomos são conceitos sociológicos que evocam inegavelmente realidades de que temos experiência, mas cujo recorte permanece arbitrário, não têm peso relativo, não se articulam em processos definidos, em resumo, não são operacionais" (p. 813).

Contudo nem sempre o contacto entre a história e as ciências humanas se estabelece através da aplicação mais ou menos forçada de conceitos dessas ciências. Jacques Le Goff, o conhecido medievalista, acentua que a cultura etnológica adquirida atualmente pelo historiador se revela principalmente numa mutação em relação aos domínios pesquisados, numa diferença de perspectiva. O olhar etnológico obriga o historiador em primeiro lugar a recorrer a uma diferenciação dos tempos da história e a conceder uma atenção especial ao tempo quase imovel; em segundo lugar a uma ruralização da história; também levou ao estudo das mentalidades, encaradas como aquilo que muda menos na evolução histórica; finalmente

"a etnologia conduz também o historiador a por em relevo certas estruturas sociais mais ou menos obliteradas nas sociedades 'históricas' e a complicar a sua visão da dinâmica social, da luta de classes" ("L'historien et l'homme quotidien" in *L'historien entre l'ethnologie et le futurologue*, Paris, Mouton, 1972, p. 243).

É curioso constatar que a geografia, ciência tão vizinha da história nas primeiras décadas deste século, jamais é citada por aqueles

que pretendem fazer uma história *nova*, ou por outras palavras, mais rigorosa. Tudo se passa como se o historiador só tivesse considerado a geografia digna de interesse quando estava em questão um certo tipo de determinismo geográfico e também, como o provam as polémicas de Lucien Febvre na década de 20, quando a Geografia Humana parecia querer conquistar pelo menos uma parte do território do historiador. Hoje a geografia não ocupa mais o discurso historiográfico, o que é pena, pois, como realça Paul Veyne no seu livro *Comment on écrit l'histoire. Essai d'épistémologie* (Paris, Seuil, 1971), os problemas epistemológicos das duas disciplinas são fundamentalmente os mesmos: dissolução do "fato", causalidade e interação, relações com as ciências de explicação e de intervenção, problemas do conceito, do tipo e do método comparado (p. 50, nota 3). Quando Pierre George em *Les méthodes de la Géographie* (Paris, 1970) escreve que esta disciplina é metodologicamente heterogênea e que por isso mesmo se preocupa constantemente com a busca da sua unidade, estas palavras não encontram um eco profundo nas preocupações do historiador? Como diz Paul Veyne, a História com maiúscula não existe, existem apenas histórias *de*. E evidentemente conforme os determinativos assim o historiador recorre a este ou aquele método, a esta ou aquela técnica. Não pode haver uma metodologia *normativa* que presida igualmente à pesquisa em história da filosofia e em história do clima, em história dos mitos e em história da propriedade rural, em história das instituições ou em história da língua. Existem sim metodologias *positivas* que cada pesquisador elabora e aplica conforme a série escolhida e a documentação utilizada. E uma das maneiras de a produção historiográfica se tornar mais rigorosa consiste precisamente em se reconhecer esta heterogeneidade metodológica.